



Exm.º Senhor
Presidente do Conselho de Administração da
Fundação Renal Portuguesa
Av.ª Dom Rodrigo da Cunha, N.º 19 – 3º - Letra A

1700 – 138 Lisboa

V/Ref.

V/Com

N/Ref. **DAJI** – Proc. N.º 689/2009

ASSUNTO: **RECONHECIMENTO**

Considerando o disposto no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Âmbito da Acção Social do Sistema da Segurança Social, aprovado pela Portaria nº. 139/2007, de 29 de Janeiro, informo V. Ex.ª que foi efectuado o registo definitivo dos estatutos dessa instituição, conforme declaração anexa.

Chama-se a atenção de V. Ex.ª, de que deverá dirigir-se ao Registo Nacional de Pessoas Colectivas, a fim de proceder ao registo definitivo nos respectivos Ficheiros Centrais.

Informo ainda V. Ex.ª que, o respectivo registo, será divulgado na página Internet da Segurança Social: www.seg-social.pt - opção A Segurança Social / IPSS / IPSS registadas.

Com os melhores cumprimentos

A Subdirectora-Geral

(Isabel Maria Saldida)

Anexo: 1 Exemplar de Estatutos
1 Declaração

PFF

DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85 de 11 de Outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, aplicável por força da Portaria n.º 466/86 de 25 de Agosto, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 07/10, a fls. 111, 111 Verso e 112 do Livro n.º 2 das Instituições com Fins de Saúde e considera-se efectuado em 23/04/2010, nos termos do n.º 3 do artigo 9º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação – Fundação Renal Portuguesa

Sede – Av.ª Dom Rodrigo da Cunha, N.º 19 – 3º Andar – Letra A – São João de Brito - Lisboa

Fins – Atender e dar assistência médica, clínica e humana a pessoas com doenças renais (insuficiência renal crónica), contribuindo na medida do possível para assegurar e melhorar o tratamento da sua doença e facilitar as condições que lhes permitam levar uma vida normal, fomentar a investigação científica para a prevenção e cura das enfermidades renais e todas as demais actividades conexas, bem como prevenir e combater o sofrimento humano, em especial o dos doentes com insuficiência renal crónica, quer directa quer indirectamente, através de instituições, ou pela organização e provisão de meios médicos, cirúrgicos e clínicos e pelo tratamento e apoio a doentes, incluindo a construção, manutenção e gestão de hospitais, centros ou clínicas de hemodiálise, com recurso ao seu próprio património humano e material, ou de subsídios e doações tanto de entidades públicas como privadas, ou de qualquer particular ou, inclusive, de possíveis acordos ou convenções de todo o tipo com organismos privados ou públicos, estatais, regionais ou locais, com sociedades comerciais, associações, agrupamentos ou fundações de qualquer classe.

Direcção-Geral da Segurança Social, em 10/04/2010

Pelo Director-Geral



Palmira Marques
(Coordenadora Técnica)

PFF

DECLARAÇÃO

Declara-se que o documento anexo composto de 20 folhas, por mim rubricadas e tendo aposto o selo branco desta Direcção-Geral, está conforme o original dos estatutos registados em 06/05/2010, no Livro n.º 2 das Instituições com Fins de Saúde sob o n.º 07/10 a fls. 111, 111 Verso e 112.

Direcção-Geral da Segurança Social, em 

A Coordenadora Técnica


Palmira Marques

1 / 10

IZABEL BARRETO	
NOTÁRIA	
CARTÓRIO DE OEIRAS	
LIVRO	54
FOLHAS	121

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

No dia trinta de Março de dois mil e dez, no Cartório Notarial de Oeiras de **Izabel Maria Lopes de Campos Barreto**, situado na Alameda Bonifácio Lázaro, número quinze, piso zero, sala B, em Oeiras e perante mim, respectiva **Notária**, compareceram:-----

-----PRIMEIRO-----

José Manuel Guillade Martins, casado, natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, residente na Calle Benito Monfor, 40, em Madrid, Espanha, contribuinte fiscal número 167 903 659. -----

-----SEGUNDO-----

Joaquim Fernandes de Figueiredo, casado, natural da freguesia de Bonfim, concelho de Porto, residente na Rua 25 de Abril, número quinhentos e noventa e cinco, em Baguim do Monte, Gondomar, contribuinte fiscal número 127 734 708 e -----

-----TERCEIRO-----

Igor Guillade Cinta, casado, natural da freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, concelho de Lisboa, de nacionalidade espanhola, residente na Rua Quinta das Palmeiras, número noventa e três, oitavo andar B, em Oeiras, contribuinte fiscal número 199 360 626.-----

que intervêm nas qualidades de administradores e em representação da **Fundação Renal Portuguesa**, com sede na Avenida de D. Rodrigo da Cunha, número dezanove, terceiro andar, letra A, em Lisboa, pessoa colectiva 507 053 940, constituída por escritura lavrada no dia vinte e quatro de Janeiro de dois mil e cinco, a folhas oitenta e um do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Trezentos e Trinta e Três - D, do

Extinto Sétimo Cartório Notarial de Porto, com poderes para o acto, conforme verifiquei pelos respectivos Estatutos e pelas Actas da reunião do Conselho de Curadores números quatro e seis, que tiveram lugar nos dias onze de Fevereiro de dois mil e oito e vinte de Abril de dois mil e nove, de que **arquivo** fotocópias .-----

E DECLARARAM:-----

Que, pela presente escritura e em consequência do deliberado na referida reunião de vinte de Abril de dois mil e nove e transposto para a referida acta número seis, **alteram** os Estatutos que regulam a referida Fundação, eliminando e acrescentando alguns artigos e modificando a redacção de alguns dos já existentes e, em consequência, a sua sistematização, os quais, já devidamente **reformulados**, passam a ser os constantes do documento complementar, que faz parte integrante desta escritura, documento este elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, de cujo conteúdo têm perfeito conhecimento, dispensando-se, assim, a sua leitura e que **arquivo**.-----

ASSIM O OUTORGARAM.-----

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicados o seu conteúdo, tudo em voz alta e na sua presença simultânea, cujas identidades verifiquei por exibição dos seus bilhetes de identidade números 07214887-V emitido em 05/05/2000 pelo Ministério do Interior de Espanha, 3012785 emitido em 04/12/2001 pelos SIC de Lisboa e 33520637-T emitido em 02/02/2005 pelo Ministério do Interior de Espanha.-----

ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º DENOMINAÇÃO

A Fundação Renal Portuguesa, adiante designada por Fundação, é uma fundação de solidariedade social, criada por iniciativa de José Manuel Guillade Martins, da Associação dos Doentes Renais do Norte de Portugal e do Prof. José António Colaço Gomes Covas.
A Fundação rege-se pelos presentes estatutos e, em tudo o que neles for omissa, pelas leis portuguesas aplicáveis.

Artigo 2º ÂMBITO

A Fundação é de âmbito nacional e, na prossecução dos seus fins, pode estabelecer parcerias com quaisquer entidades, ou abrir entidades, em Portugal ou no estrangeiro.

Artigo 3º DURAÇÃO

A Fundação tem duração ilimitada.

Artigo 4º SEDE

A Fundação tem a sua sede na Avenida Dom Rodrigo da Cunha, nº19, 3º andar, letra A, freguesia S. João de Brito, concelho de Lisboa.

Artigo 5º OBJECTO

A Fundação tem por objecto:

Atender e dar assistência médica, clínica e humana a pessoas com doenças renais (insuficiência renal crónica), contribuindo na medida do possível para assegurar e melhorar o tratamento da sua doença e facilitar as condições que lhes permitam levar uma vida normal, fomentar a investigação científica para a prevenção e cura das enfermidades renais e todas as demais actividades conexas, bem como prevenir e combater o sofrimento humano, em especial o dos doentes com insuficiência renal crónica, quer directa quer indirectamente, através de instituições, ou pela organização e provisão de meios médicos, cirúrgicos e clínicos e pelo tratamento e apoio a doentes, incluindo a construção, manutenção e gestão de hospitais, centros ou clínicas de hemodiálise, com recurso ao seu próprio património humano e material, ou de subsídios e doações tanto de entidades públicas como privadas, ou de qualquer particular ou, inclusive, de possíveis acordos ou convenções de todo o tipo com organismos privados ou públicos, estatais, regionais ou locais, com sociedades comerciais, associações, agrupamentos ou fundações de qualquer classe.

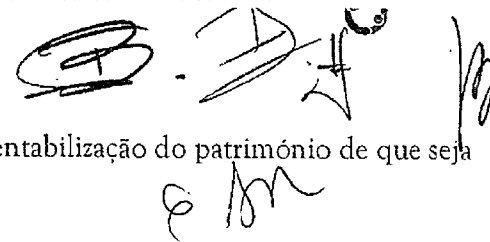
C
S
B
H
27
6

Artigo 6º
ACTIVIDADES

1. Para a realização dos seus fins a Fundação promoverá, sem qualquer limitação:
- a) Criação e desenvolvimento de centros de tratamento de doentes renais crónicos, em Portugal e no estrangeiro, e coordenação das suas actividades;
 - b) Apoiar outras instituições e estabelecimentos médicos cujas actividades sejam similares;
 - c) Adquirir, comprar, providenciar, fornecer, comercializar medicamentos, e qualquer produto médico, dispositivos médicos com carácter preventivo, curativo ou de vigilância clínica, tais como aparelhos, equipamentos, instrumentos e materiais afins, destinados à prossecução dos propósitos acima referidos;
 - d) Criar e ou participar em sociedades, dentro ou fora de Portugal, para a comercialização dos artigos referidos no paragrafo anterior;
 - e) Contratar investigadores, médicos, farmacêuticos, produtores, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e profissionais afins;
 - f) Criar fundos de apoio para a investigação médica científica em hospitais, clínicas ou centros de hemodiálise;
 - g) Apoiar a realização de pesquisas no âmbito do desenvolvimento e da aplicação das novas tecnologias na área nefrológica;
 - h) Realizar e promover cursos de formação profissional, conferências, colóquios, debates, concessão de bolsas de estudo, promover congressos, ou manifestações de qualquer outro tipo que contribuam para a realização dos fins da Fundação, dentro ou fora das suas instalações;
 - i) Editar e publicar, sob qualquer forma, obras ou trabalhos relacionados com a nefrologia;
 - j) Patrocinar eventuais edições de índole científica e de informação social de assuntos relacionados com a nefrologia;
 - k) Levar a cabo iniciativas para angariar fundos de apoio social para doentes reais;
 - l) Desenvolver quaisquer outras actividades que se ajustem às finalidades da Fundação.

2. A Fundação, para a realização dos fins e das actividades a que se propõe, promoverá também:

- A. Comprar, arrendar, permutar, contratar ou por qualquer forma adquirir, manter, gerir, desenvolver e dispor de qualquer propriedade, independentemente da sua localização;
- B. Construir, modificar, melhorar, demolir ou manter qualquer edifício;
- C. Estabelecer, manter, controlar e gerir sucursais da Fundação de modo adequado e, periodicamente, determinar a constituição de direitos, privilégios, obrigações e deveres dessas sucursais e, quando seja conveniente, dissolvê-las ou modificá-las;
- D. Vender, gerir, arrendar, ou dispor dos bens patrimoniais da Fundação;
- E. Solicitar, receber e aceitar assistência financeira, doações, subsídios, ofertas, legados, deixas e empréstimos em dinheiro, rendas, heranças e quaisquer outros bens;
- F. Estabelecer parceria com instituições congéneres, empresas públicas, ou sociedades privadas nacionais ou estrangeiras;
- G. Promover o intercâmbio com instituições congéneres nacionais ou estrangeiras no domínio das suas actividades;

- 
3. Promoverá as acções adequadas que contribuam para a rentabilização do património de que seja titular
4. Desenvolver, por si só ou em colaboração com terceiros, programas de cooperação internacional e de ajuda a países em vias de desenvolvimento, com fins sociais e formativos, e em geral com qualquer outro fim relacionado com o objecto da Fundação.

CAPÍTULO II REGIME PATRIMONIAL

Artigo 7º PATRIMÓNIO E RECEITAS

1. O património da Fundação é constituído pelos bens expressamente afectos pelos fundadores à Fundação indicados em relação anexa aos presentes estatutos e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela Fundação ou a ela doados seja a que título for.
2. Constituem receitas da fundação:
 - a) Os rendimentos dos bens e capitais próprios;
 - b) Os rendimentos de heranças, legados e doações;
 - c) Os rendimentos dos serviços e as participações dos utentes ou outras entidades;
 - d) Quaisquer donativos e os produtos de festas e subscrições;
 - e) Os subsídios do Estado e de outros organismos oficiais.

Artigo 8º USO DO PATRIMÓNIO DA FUNDAÇÃO

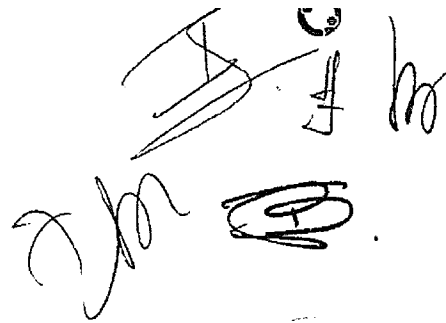
1. A Fundação gere com total autonomia o seu património;
2. As doações e quaisquer outras contribuições podem ser consignadas à prossecução de alguns dos fins da Fundação, se tal resultar expressamente do acto de doação;
3. Os bens e rendimentos da Fundação consideram-se afectos à realização do objecto para o qual a Fundação foi instituída;
4. O produto líquido dos bens integrantes do capital da Fundação será destinado à realização das suas actividades, excepto se o Conselho de Administração considerar mais conveniente acrescentar ao capital.

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 9º ÓRGÃOS

- A. O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- B. O CONSELHO DE CURADORES;

- C. O CONSELHO CIENTIFICO;
- D. O CONSELHO DE ÉTICA;
- E. O CONSELHO CLÍNICO;
- F. O CONSELHO FISCAL.



SECÇÃO I
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Artigo 10º
COMPOSIÇÃO

1. O Conselho de Administração é composto por três membros, todos propostos pelo Presidente da Fundação, sendo um presidente, um vice-presidente e um secretário;
2. O Conselho de Administração, sob proposta do Presidente da Fundação, poderá aumentar o número dos seus membros até ao total de sete membros, devendo, em qualquer ocasião, o seu número ser sempre ímpar;
3. O Presidente da Fundação é, por inerência, o Presidente do Conselho de Administração.

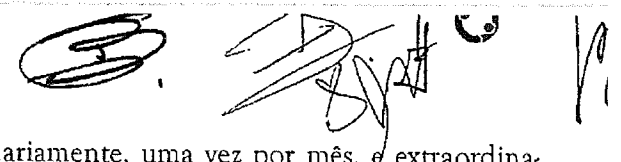
Artigo 11º
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO

1. O Presidente da Fundação, a título vitalício, é o fundador José Manuel Guillade Martins;
2. A partir dos setenta anos de idade, o Presidente da Fundação será submetido, anualmente, a um exame médico, para atestar a sua capacidade para o exercício da função, o qual terá que ser disponibilizado ao Conselho de Curadores para conhecimento;
3. Por impossibilidade de exercer as funções, o Conselho de Curadores deverá nomear, sobre proposta do Presidente da Fundação que, anualmente lhe remeterá, por carta aberta, a indicação do sucessor, o novo Presidente
4. O Presidente da Fundação faz parte, por inerência, do Conselho de Curadores, não podendo ser seu presidente;
5. O Presidente da Fundação, conjuntamente com o Conselho de Administração, tem a competência de angariar os fundos necessários à prossecução dos fins da Fundação;
6. Cabe ao Presidente da Fundação fazer proposta para alteração dos estatutos.

Artigo 12º
MANDATO

O mandato do Conselho de Administração é de cinco anos, podendo, por proposta do Presidente da Fundação, ser reeleito.

Artigo 13º
FUNCIONAMENTO

- 
1. O Conselho de Administração reunirá ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento dos outros dois membros que integram o Conselho de Administração.;
 2. O quórum do Conselho de Administração corresponde à maioria absoluta dos seus membros, sendo as suas deliberações tomadas por maioria absoluta de votos expressos;
 3. O Presidente terá voto de qualidade;
 4. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:
 - A. Orientar e fiscalizar os serviços da Fundação;
 - B. Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração, dirigindo os respectivos trabalhos e promover a execução das suas deliberações;
 - C. Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, devendo estes últimos serem ratificados no conselho da primeira reunião seguinte;
 - D. Representar a Fundação em juízo ou fora deles;
 - E. Exercer todas as outras competências que possam ser delegadas de acordo com a lei;
 5. De todas as reuniões será lavrada acta pelo secretário do Conselho de Administração em livro próprio e assinada pelos membros presentes;

Artigo 14º COMPETÊNCIA

1. Ao Conselho de Administração compete praticar todos os actos necessários à realização dos fins da Fundação e à gestão do seu património.
2. Compete, em especial, ao Conselho de Administração:
 - A. Definir as políticas gerais de funcionamento e investimento da Fundação;
 - B. Preparar o orçamento e o plano de actividades anual da Fundação, para aprovação pelo Conselho de Curadores;
 - C. Preparar o balanço anual e as contas de exercício, obtido o parecer do Conselho Fiscal;
 - D. Elaborar os regulamentos internos de funcionamento da Fundação;
 - E. Organizar e dirigir os serviços e actividades da Fundação;
 - F. Contratar e dirigir o pessoal da Fundação de acordo com as políticas gerais de funcionamento e investimento da Fundação e o plano de actividades anual da Fundação;
 - G. Constituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, nomeadamente livros e registos respeitantes a todas as transacções e saídas de fundos, que permitam a aferição permanente da situação patrimonial e financeira da Fundação;
 - H. Contrair empréstimos e conceder garantias de acordo com as políticas gerais de funcionamento e investimento da Fundação e o plano de actividades anual da Fundação;
 - I. Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração dos bens imóveis da Fundação, sem prejuízo dos limites estabelecidos por lei ou acto de doação, de acordo com as políticas gerais de funcionamento e investimento da Fundação e o plano de actividades anual da Fundação;
 - J. Administrar e dispor do património da Fundação de acordo com as políticas gerais de funcionamento e investimento da Fundação e o plano de actividades anual da Fundação;
 - K. Estabelecer anualmente subsídios a atribuir às Associações de Doentes Renais;
 - L. Estabelecer programas de apoio social ao DRC (Doente Renal Crónico);
 - M. Estabelecer programas de reintegração social do DRC (Doente Renal Crónico).
 - N.

SECCÃO II
CONSELHO DE CURADORES
Artigo 15º (ex-artigo 10º)
COMPOSIÇÃO

- O Conselho de Curadores é constituído por:
 - a) Presidente do Conselho de Curadores;
 - b) Por quatro a dez vogais.
- Tem assento por inerência no Conselho de Curadores, com direito a voto:
 - a) O Presidente da Fundação;
 - b) Os Fundadores;
 - c) O Presidente do Conselho Científico.
- O Conselho de Curadores será sempre composto por um número impar de membros, o mínimo cinco e o máximo quinze.

Artigo 16º
MANDATO

O mandato do Conselho de Curadores é de três anos, podendo ser reeleito, sob proposta do Conselho de Administração.

Artigo 17º
DESIGNAÇÃO

1. O Presidente da Fundação propõe as personalidades que integrarão o Conselho de Curadores, sendo eleitos se não obtiverem mais de três votos contra no respectivo Conselho;
2. Os membros do Conselho de Curadores são designados por três anos, podendo ser reeleitos;
3. A reeleição dos membros do Conselho de Curadores, obedece às regras expressa no número um deste artigo.

Artigo 18º
PRESIDENTE DO CONSELHO DE CURADORES

1. O Presidente do Conselho de Curadores é eleito pelos seus membros, sob proposta do Presidente da Fundação ao Conselho de Curadores;
2. O Presidente do Conselho de Curadores exerce o mandato por três anos, podendo ser reeleito, sob proposta do Presidente da Fundação;
3. O Presidente dos Curadores anualmente informará ao Conselho de Curadores e aos demais Órgãos o nome do sucessor designado do Presidente da Fundação.

Artigo 19º
COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DOS CURADORES

Compete ao Presidente dos Curadores convocar e presidir às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Curadores;

No 10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Artigo 20º
COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE CURADORES

Compete ao Conselho de Curadores:

1. Eleger o Presidente dos Curadores, sob proposta do Presidente da Fundação;
2. Dar parecer sobre as políticas de investimento da Fundação propostas pelo Conselho de Administração;
3. Dar parecer sobre o orçamento e plano de actividades anual;
4. Dar parecer sobre a proposta do Conselho de Administração quanto às linhas gerais de distribuição e aplicação dos fundos disponíveis destinados à obra social e de apoio à investigação científica;
5. Dar parecer sobre a alienação de bens da Fundação proposta pelo Conselho de Administração;
6. Dar parecer sobre o plano de actividades do Conselho Científico;
7. Dar parecer sobre as propostas de alteração dos estatutos;
8. Emitir parecer sobre qualquer matéria para que seja solicitado pelo Conselho de Administração;
9. Elaborar a *“Carta de Princípios da Fundação”* e actualizá-la quando tal se justificar;
10. O Conselho de Curadores pode dirigir ao Conselho de Administração recomendações, não vinculativas, de cujo seguimento é apresentado relatório fundamentado;
11. Os membros do Conselho de Curadores não podem participar na votação sobre assuntos que directa ou indirectamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes ou equiparados.

Artigo 21º
FUNCIONAMENTO

1. O Conselho de Curadores reúne, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros, ou pelo Presidente da Fundação;
2. As deliberações do Conselho de Curadores serão tomadas por maioria simples dos curadores presentes;
3. O Presidente do Conselho de Curadores tem voto de qualidade;
4. De todas as reuniões será lavrada acta em livro próprio, assinada pelos membros presentes.

Artigo 22º
DESTITUIÇÃO

1. Quando se verifique a prática reiterada pelo Conselho de Curadores de actos prejudiciais aos interesses da Fundação, o Presidente da Fundação, sob proposta do Conselho de Administração, pode pedir a destituição dos membros deste órgão, aplicando-se neste caso as regras que regulam os processos de jurisdição voluntária;
2. Destituídos todos os membros do Conselho de Curadores, o novo Conselho será designado pelo Conselho de Administração, conforme o estabelecido nos nº 1 dos Artigos 18º e 19º destes estatutos;

- Nº 12. 12. 12. 12.
3. Se a destituição for imputável apenas a algum ou alguns dos curadores a destituição será restrita a este ou a estes;
 4. O Conselho de Curadores, sob proposta do Presidente da Fundação, deliberará conforme o estabelecido no nº. 1 do Artigo 18º sobre o preenchimento das suas vagas, por demissão ou destituição dos seus membros, de acordo com o artigo anterior;
 5. Não pode voltar a ser designado como membro do Conselho de Curadores quem, no exercício de tal cargo, tenha sido destituído ou declarado responsável por irregularidades cometidas.

SECÇÃO III
CONSELHO CIENTÍFICO
Artigo 23º
COMPOSIÇÃO

1. O Conselho Científico é composto por número impar - de três a cinco - profissionais do sector de nefrologia devidamente qualificados - científica e profissionalmente - sendo um o Presidente e demais vogais;
2. O Presidente do Conselho Científico é, por inerência, Presidente do Conselho Clínico;
3. O Presidente do Conselho Científico é, por inerência, membro do Conselho de Curadores, não podendo ser o Presidente do Conselho de Curadores.

Artigo 24º
DESIGNAÇÃO

1. O Presidente da Fundação convidará a personalidade que será o Presidente do Conselho Científico;
2. O Presidente do Conselho Científico proporá ao Conselho de Curadores as demais personalidades que compõem o Conselho Científico;
3. O Conselho de Curadores ratificará, por maioria simples dos membros presentes, as personalidades propostas.

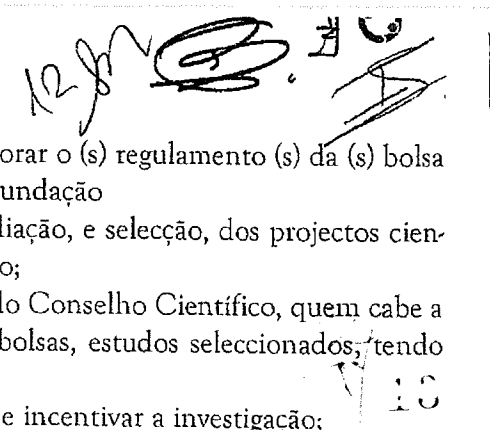
Artigo 25º
MANDATO

O mandato do Conselho Científico é de quatro anos, podendo, por proposta do Presidente da Fundação, ser reeleito.

Artigo 26º
COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO

É competência do Presidente do Conselho Científico convocar e presidir as reuniões, ordinárias e extraordinárias, do Conselho.

Artigo 27º
COMPETÊNCIA DO CONSELHO CIENTÍFICO

- 
1. O Conselho Científico tem a responsabilidade de elaborar o (s) regulamento (s) da (s) bolsa (s), prémio (s), ou outros benefícios promovidos pela Fundação
 2. O Conselho Científico tem a responsabilidade da avaliação, e selecção, dos projectos científicos apresentados para serem apoiados pela Fundação;
 3. É o Conselho Científico, por proposta do Presidente do Conselho Científico, quem cabe a definição do(s) montante(s) a atribuir ao(s) prémios, bolsas, estudos seleccionados, tendo em consideração o montante aprovado para esse fim;
 4. O Conselho Científico tem a capacidade de promover e incentivar a investigação;
 5. Compete ainda ao Conselho Científico a selecção das personalidades que integrarão o Conselho de Ética.

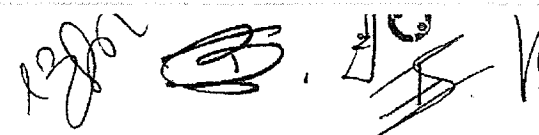
Artigo 28º FUNCIONAMENTO

1. O Conselho Científico reúne, ordinariamente, duas vezes por ano, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho Científico, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros, ou pelo Presidente da Fundação;
2. As deliberações do Conselho Científico serão tomadas por maioria simples dos membros do Conselho Científico presentes;
3. O Presidente do Conselho Científico tem o voto de qualidade;
4. De todas as reuniões do Conselho Científico será lavrada acta em livro próprio, e assinada por todos os presentes;

Artigo 29º DESTITUIÇÃO

1. Quando se verifique a prática reiterada pelo Conselho Científico de actos prejudiciais aos interesses da Fundação, o Presidente da Fundação pode pedir a destituição dos membros deste órgão, aplicando-se neste caso as regras que regulam os processos de jurisdição voluntária;
2. Destituídos todos os membros do Conselho Científico, o novo Presidente do Conselho Científico será designado pelo Presidente da Fundação, ouvido o Conselho Curadores e o Conselho de Ética;
3. Se a destituição for imputável apenas a algum ou alguns dos membros do Conselho Científico, a decisão de destituição será restrita a este ou a estes;
4. O Conselho Científico, sob proposta do seu Presidente, deliberará, por voto secreto e por maioria absoluta de todos os seus membros, sobre o preenchimento das suas vagas, por demissão ou destituição dos seus membros, de acordo com o artigo anterior;
5. Não pode voltar a ser designado como membro do Conselho Científico quem, no exercício de tal cargo, tenha sido destituído ou declarado responsável por irregularidades cometidas.

SECÇÃO IV CONSELHO DE ÉTICA Artigo 30º COMPOSIÇÃO

- 
1. O Conselho de Ética é composto por três personalidades de reconhecido mérito para as funções do órgão;
 2. O Presidente do Conselho de Ética é eleito, por voto secreto, entre os seus membros, por maioria simples.

Artigo 31º
DESIGNAÇÃO

1. O Conselho de Ética é proposto pelo Conselho Científico e ratificado pelo Conselho de Curadores em votação por maioria dos membros presentes;
2. O Presidente do Conselho de Ética é eleito, por voto secreto, entre os seus membros por maioria simples.

Artigo 32º
MANDATO

O mandato do Conselho Ético é de três anos.

Artigo 33º
COMPETÊNCIA

1. Cabe ao Conselho de Ética a avaliação de qualquer acto “impróprio” - por acção ou omissão - realizado nos Centros da Fundação, que tenha chegado ao seu conhecimento, que esteja relacionado com o “atendimento” de qualquer Doente Renal Crónico - seja clínico ou humano;
2. Cabe ao Conselho de Ética elaborar anualmente um relatório de actividades que será tornado público pela Fundação.

Artigo 34º
FUNCIONAMENTO

1. O Conselho Ética reunirá ordinariamente duas vezes por ano, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente;
2. As deliberações do Conselho de Ética serão tomadas por maioria simples dos membros do Conselho de Ética presentes;
3. O Presidente do Conselho de Ética tem o voto de qualidade;
4. Das conclusões de cada acto o Conselho de Ética dará conhecimento ao Conselho de Curadores, Conselho Científico, e Conselho de Administração na pessoa do Presidente de cada órgão
5. De todas as reuniões será lavrada acta em livro próprio, assinada pelos membros presentes.

Artigo 35º
DESTITUIÇÃO

1. Quando se verifique a prática reiterada pelo Conselho de Ética de actos prejudiciais aos interesses da Fundação, o Conselho de Curadores pode pedir a destituição dos membros

14 MSB. JES. 19

deste órgão, aplicando-se neste caso as regras que regulam os processos de jurisdição voluntária;

2. Destituídos todos os membros do Conselho de Ética, o novo Conselho será designado pelo Presidente do Conselho Científico, ouvido o Conselho de Curadores, e o Presidente da Fundação;
3. Se a destituição for imputável apenas a algum ou alguns dos membros, a decisão judicial de destituição será restrita a este ou a estes;
4. O Conselho de Científico, sob proposta do Presidente, deliberará, por voto secreto e por maioria absoluta de todos os seus membros, sobre o preenchimento das suas vagas, por demissão ou destituição dos seus membros, de acordo com o artigo anterior;
5. Não pode voltar a ser designado como membro do Conselho de Ética quem, no exercício de tal cargo, tenha sido destituído ou declarado responsável por irregularidades cometidas.

SECÇÃO V
CONSELHO CLÍNICO
Artigo 36º
COMPOSIÇÃO

O Conselho Clínico é composto:

1. Presidente;
2. Director de Operações FRP;
3. Todos os Directores Médicos (D.M.) de cada um dos Centros da FRP;
4. Enfermeiro Chefe (E. C.) de cada Centro da FRP;
Nutricionista (NUT.) de cada Centro da FRP;
5. Assistente Social (A.S.) de cada Centro da FRP;
6. Psicólogo Clínico (P.C.) de cada Centro FRP;
7. Provedor dos DRC (P.D) da FRP;
8. *Por convite, quando este Conselho necessitar de esclarecimento ou opinião, poderão participar:*
 - A. Demais médicos colaboradores da FRP;
 - B. Enfermeiros da FRP;
 - C. Qualquer outro colaborador da FRP.

Artigo 37º
MANDATO

O Presidente do Conselho Clínico eleito por quatro anos, podendo, por proposta do Presidente da Fundação, ser reeleito.

Artigo 38º
DESIGNAÇÃO

1. O Presidente do Conselho Clínico é proposto pelo Presidente da Fundação, exercendo em simultâneo as funções de Presidente do Conselho Científico.
2. O Provedor do Doente é:

- 13 ~~13~~ 13 13 13
- A. É designado pela Associação de Doentes Renais do Norte de Portugal, depois de ouvidos os DRC's (Doentes Renais Crónicos) dos centros FRP;
 - B. Não pode ser um doente em tratamento em qualquer centro FRP;
 - C. Não pode ser um funcionário da Fundação;
 - D. É membro, por inerência, do Conselho Clínico;
 - E. É lhe assegurado o livre acesso, cumprindo as normas de acesso, aos DRC's em tratamento em qualquer Centro FRP;
 - F. É o representante, na Fundação, dos interesses e necessidades clínicas/sociais dos DRC's tratados nos Centros FRP, enquanto doentes;
 - G. Cabe-lhe a responsabilidade de levar a conhecimento dos vários Órgãos da Fundação os pontos de vista, necessidades, e reclamações dos DRC's em tratamento nos da Fundação.
3. Os demais elementos deste Órgão são no por inerência dos cargos profissionais que ocupam nos Centros da Fundação.

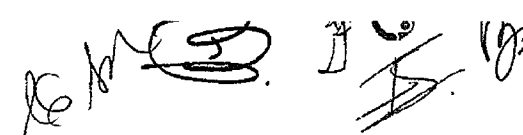
Artigo 39º COMPETÊNCIAS

Compete ao Conselho Clínico:

1. Harmonizar os critérios clínicos dos centros da Fundação;
2. Estabelecer os índices (marcadores) de qualidade clínica tendo como mínimo os estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
3. Monitorizar o cumprimento dos critérios de Boas Práticas Médicas estabelecidos pelo C.C., bem como dos estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
4. Uniformizar todos os critérios sociais de assistência clínica a todos os DRC (Doentes Renais Crónicos) atendidos nos centros da FRP;
5. Desenvolver políticas de melhoramento continuado no cuidado ao DRC nos Centros FRP - clínico e social;
6. Liderar o processo de melhoria contínua para a excelência;
7. A colaborar com o Ministério da Saúde, e organismos dele dependentes, cujo objectivo seja a avaliação do tratamento do DRC, a definição de níveis de qualidade, e nível de satisfação do DRC;
8. Relatar, para futura publicação, os resultados e estatísticas médicas dos Centros da FRP;
9. Assegurar o fornecimento de dados ao Sistema de Gestão Integrada dos DRC do Ministério da Saúde;
10. A quaisquer outras acções que se julguem necessárias para a melhoria do bem-estar do DRC em tratamento nos centros FRP.

Artigo 40º FUNCIONAMENTO

1. As decisões do Conselho Clínico (C.C.) são aprovadas pelo seu Presidente;
2. Das decisões do Presidente do (C.C.) cabe recurso para o Conselho Ético;
3. O C. C. reunirá, ordinariamente, uma vez por trimestre, extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente;
4. As reuniões dos C. C. serão convocadas pelo seu Presidente;

- 
5. A convocatória será enviada pelo Secretário do C. C., e assinada pelo Presidente C.C., na qual constará a agenda de trabalhos;
 6. Na eventualidade que se convoquem "convidados" conforme o estabelecido no número 9 do artigo Nº 38, a relação com os "convidados" será anexa à convocatória;
 7. A convocatória poderá ser enviada por e-mail com, pelo menos, cinco dias úteis de antecipação à data do C. C.;
 8. A data da reunião do C. C. seguinte deverá ser marcada na reunião precedente;
 9. Qualquer Membro por inerência do C. C. pode solicitar, por escrito dirigido ao Presidente do C. C., uma reunião extraordinária do C. C., devendo para tal expor os assuntos que pretende tratar;
 10. Qualquer Membro por inerência C. C. pode propor, por escrito dirigido ao Presidente do C. C., assuntos a tratar em reunião do C. C.;
 11. O Presidente do C.C. decidirá da oportunidade de tal convocatória, ou da inclusão de tal assunto;
 12. Todo o participante (inerente ou convidado) deve confirmar a recepção da convocatória;
 13. Todas as reuniões do C. C. são confidenciais, pelo que todos os participantes, Membros ou Convidados, não podem discutir, fora do C. C., nenhum dos assuntos nele tratados, nem dar conhecimento destes a terceiros;
 14. Das conclusões de cada reunião do C.C. será, pelo Presidente do C.C., emitido um Memorando, de circulação interna, referindo as acções a implementar decididas nesse Conselho;
 15. De todas as reuniões será lavrada acta, em livro, assinada pelos membros presentes.

Artigo 41º DESTITUIÇÃO

1. Quando se verifique a prática reiterada pelo Conselho Clínico de actos prejudiciais aos interesses da Fundação, o Presidente da Fundação pode pedir a destituição do Presidente do Conselho Clínico, e ou do Provedor dos Doentes aplicando-se, neste caso, as regras que regulam os processos de jurisdição voluntária.
2. Sendo os restantes membros deste Órgão funcionários dos Centros da Fundação a prática de actos prejudiciais aos interesses da Fundação será considerada falta grave, e o Presidente da Fundação pode pedir a destituição destes membros do Conselho, aplicando-se, neste caso, a Legislação do Trabalho;
3. Destituído o Presidente do Conselho Clínico, o novo Presidente Conselho Clínico será designado pelo Presidente da Fundação ouvido o Conselho Curadores, e o Conselho de Ética;
4. Destituído o Provedor dos Doentes o Presidente da Fundação solicitará às Associações de Doentes que, ouvidos os DRC's (Doentes Renais Crónicos) dos Centros FRP, indiquem novo Provedor dos Doentes;
5. Se a destituição for imputável apenas a algum ou alguns daqueles membros, a decisão de destituição será restrita a este ou a estes;
6. Por demissão de membro (s) do Conselho Clínico que mantêm vínculos profissionais com a Fundação, será substituído (s) pelo substituto (s) profissional nas funções;

7. Não pode voltar a ser designado como membro do Conselho Clínico quem, no exercício de tal cargo, tenha sido destituído ou declarado responsável por irregularidades cometidas.

SECCÃO VI
CONSELHO FISCAL

Artigo 42º
COMPOSIÇÃO

1. O Conselho Fiscal é constituído por três membros designados pelo Conselho de Administração, sendo um o presidente e os restantes vogais;
2. O Conselho Fiscal tem necessariamente de ter um revisor oficial de contas e um jurista entre os seus membros.
3. O Revisor Oficial de Contas nunca pode ser o Presidente do Conselho Fiscal.

Artigo 43º
MANDATO

O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de cinco anos.

Artigo 44º
COMPETÊNCIA

1. Verificar se a administração da Fundação cumpre a lei e os estatutos;
2. Verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos, bem como, dos documentos que lhes servem de suporte;
3. Verificar, sempre que o julgue conveniente e pela forma que repare adequada, a existência dos bens ou valores pertencentes à Fundação;
4. Verificar a exactidão das contas anuais da Fundação;
5. Elaborar um relatório anual sobre a sua acção de fiscalização e emitir parecer sobre as contas anuais apresentadas pelo Conselho de Administração e orçamento;
6. Dar parecer sobre qualquer proposta de alteração dos estatutos;
7. Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do Conselho de Administração, sempre que o julgue conveniente, mas sem direito a voto;
8. Solicitar ou propor ao Conselho de Administração quaisquer elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão de determinados assuntos cuja importância o justifique;
9. O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do seu Presidente e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez cada trimestre.

Artigo 45º
FUNCIONAMENTO

1. O Conselho Fiscal deve proceder em qualquer época do ano, aos actos de inspecção e verificação que tiver por convenientes para o cabal exercício das suas funções;

- 18/02/2013
2. O Conselho Fiscal dará conhecimento de quaisquer factos que apurar como irregulares ao Conselho de Administração na pessoa do seu Presidente.

CAPÍTULO III

VINCULAÇÃO E ALIENAÇÃO DA FUNDAÇÃO

Artigo 46º

VINCULAÇÃO DA FUNDAÇÃO

A Fundação vincula-se:

1. Pela assinatura do Presidente do Conselho de Administração;
2. Pela assinatura conjunta do vice-presidente e secretário;
3. Pela assinatura de um mandatário constituído por procuração com poderes específicos para aquele acto;

Artigo 47º

ALIENAÇÃO DE BENS DA FUNDAÇÃO

Os actos de alienação de bens imóveis só serão válidos e eficazes se praticados em execução de uma deliberação do Conselho de Administração adoptada por maioria absoluta de todos os seus membros, em reunião extraordinária convocada para o fim.

Artigo 48º

REMUNERAÇÕES

1. Cabe ao Conselho de Administração definir a política salarial para todos os colaboradores com actividade na Fundação.
2. Compete ainda ao Conselho de Administração fixar quaisquer contribuições e / ou apoio económico a organizações de apoio social aos DRC (Doentes Renais Crónicos).

CAPÍTULO IV

MODIFICAÇÃO, CISÃO E EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

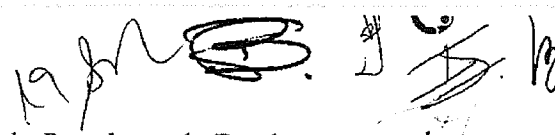
Artigo 49º

MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS

Qualquer alteração dos presentes estatutos só pode ser alterada por deliberação com o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho de Administração, submetendo-a à autoridade competente para reconhecimento, nos termos do disposto no artigo 81º do Estatuto das IPSS, aprovado pelo Decreto-Lei Nº. 119/83 de 25 de Fevereiro.

Artigo 50º

CISÃO, FUSÃO E EXTINÇÃO

- 
1. Por iniciativa do Conselho de Administração, ou do Presidente da Fundação, em Reunião Magna, com a presença conjunta de Conselho de Curadores, Conselho de Administração, Conselho Científico, Conselho de Ética, e Conselho Fiscal, especialmente convocada para o efeito, pode deliberar-se sobre a cisão, fusão ou a extinção da Fundação, definindo, quando for caso disso, o destino dos seus bens, sem prejuízo do disposto no artigo 84º do Estatuto das I.P.S.S., aprovado pelo Decreto-Lei Nº. 119/83 de Fevereiro, nomeadamente no que concerne à necessidade de declaração de extinção pela autoridade competente para o reconhecimento;
 2. A convocatória deverá ser efectuada pelo Presidente do Conselho de Administração, por carta registada com aviso de recepção, com um mínimo de 30 dias de antecedência da data da Reunião Magna, nela devendo constar o motivo da reunião;
 3. Para decisão ser vinculativa tem que estar presentes, no mínimo, 80% dos membros dos Órgãos referidos - Conselho de Curadores, Conselho de Administração, Conselho Científico, Conselho de Ética, e Conselho Fiscal;
 4. A extinção da Fundação terá de ser aprovada por maioria qualificada -75% dos votos expressos - dos membros presentes.

CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 51º

O Conselho de Administração tem a constituição a seguir indicada:

Presidente: José Manuel Guillade Martins, casado, residente da Rua Padre Alexandre, número oito, segundo andar direito, Porto;

Vice-Presidente: Igor Guillade Cintra, casado, residente na Rua Quinta das Palmeiras nº93, 8º B, 2780 - 154 Oeiras;

Secretário: Joaquim Fernandes de Figueiredo, casado, residente na Rua 25 de Abril 595, 4435 - 604 Baguim do Monte.

Artigo 52º

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

Presidente: Dra. Andreia Carla Oliveira Tavares, solteira, advogada, residente na Rua Quinta da Comenda, nº116, 2º Esquerdo, 4425 - 179 Águas Santas;

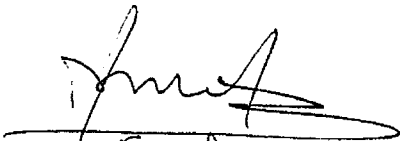
Vogal: Dr. Sílvio António Neves Amorim Azevedo, casado, revisor oficial de contas, residente na Rua Conde de Campo Belo nº105, recuado F, 4200 - 603 Porto;

Secretário: Luís David Trindade de Moreira Testa, solteiro, advogado, residente na Avenida das Descobertas, nº45, r/ch Dt, 7300 - 066 Portalegre.

20/11/2011

Artigo 53º

O património da Fundação, conforme documentos anexos a estes Estatutos que dele ficam a fazer parte integrante, ascende hoje ao valor global de €427.854,63 (quatrocentos vinte sete mil, oitocentos e cinquenta quatro euros e sessenta e três cêntimos) a que acresce o valor inicial de €5.000,00 (cinco mil euros) correspondente à doação realizada pelo fundador José Manuel Guillade Martins conforme escritura de instituição da Fundação exarada de folhas oitenta e um a folhas oitenta e dois verso do Livro de Escrituras Diversas com o número trezentos e trinta e três - D do extinto Sétimo Cartório Notarial do Porto.


José Manuel Guillade Martins



A notaria,

